

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### 7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eicy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin — SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Dintz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 163ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 26 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e Basílio Zanusso.

As 9.30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Sebastião Rodrigues Junior — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Brandão.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 180/74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 275/73, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), a Cecília Back Selhorst. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 1.º de outubro, às 14.00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 181/74.  
Levanta-se a Sessão.

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 164ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 26 de Setembro de 1974 (Quinta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Basílio Zanusso.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Sebastião Rodrigues Junior — Wilson Fortes — Xenofonte Villanueva (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quíelise Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Brandão (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGENS:**

**MENSAGEM:**

Sob o n.º 56/74, do Senhor Governador do Estado, datada de 05-9-74, encaminhando a esta Casa, Proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos da Administração Estadual, para o triênio 1975-1977.  
A Comissão de Constituição e Justiça.

**MENSAGEM — 62/74**

Curitiba, 18 de setembro de 1974.  
Senhor Presidente.

Acompanha o presente, anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a constituir e organizar a PARANÁ RÁDIODIFUSÃO S. A., e dispõe também sobre a Rede Oficial de Telecomunicações.

Competirá à entidade, que se visa constituir:

I — Promover a implantação, melhoria e exploração de serviços de radio-difusão sonora e de som e imagem;

II — Promover a implantação da rede oficial de telecomunicações do Estado, por si ou em convênio com as entidades concessionárias dos serviços de telefonia, telex e telegrafia urbana e interurbana, telecomunicações, rádio e televisão;

III — Explorar os serviços que integram a rede oficial de TV Educativa e os mencionados no item anterior.

Indiscutivelmente a radiodifusão desempenha em nossos dias papel dos mais relevantes a influir na cultura do nosso povo, como de resto de todos os povos. Na verdade, transformou-se em notável instrumento de cultura, notadamente com a implantação da televisão educativa, da qual, é bom lembrarmos se resente ainda o nosso Estado e o próprio País.

Não poderíamos ficar alheios ou indiferentes a esse grande e extraordinário veículo de comunicação. Por sentirmo-nos mesmo responsáveis pela qualidade da radiodifusão é que o Governo paranaense tem como uma de suas metas a constituição de uma empresa capaz de implantar e executar, no nosso território, obediente ao programa do Governo Federal, a mais eficiente e sadia rede de radiodifusão sonora e radiodifusão de som e imagem. Ainda mais, com a Portaria n.º 139, de 9 de março de 1973, do Senhor Ministro das Comunicações, que baixou normas técnicas e jurídicas para repetição e transmissão de televisão, e concedeu prazo de dois anos para a adaptação dos enlaces de repetidoras e serviços de retransmissão local, atualmente existentes, criou-se uma situação de difícil solução. Dada a precariedade e deficiências técnicas da grande maioria dos sistemas de repetição em funcionamento, não têm os mesmos condições de se adaptarem, o que importará em sua retirada ao final do prazo concedido, ou seja, em março de 1975, com a consequente interrupção dos sinais de televisão para o interior do Estado. Eis as razões do anteprojeto que ora submeto à Assembleia Legislativa do Estado, cuja aprovação marcará sem dúvida decisivo passo para o engrandecimento das telecomunicações em nosso Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a constituir e organizar, observada a legislação própria, uma sociedade de economia mista sob a denominação de PARANÁ RÁDIODIFUSÃO S. A., vinculada à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º — Compete à Sociedade, observada a legislação federal específica:

I — Promover a implantação, melhoria e exploração de serviços de radiodifusão sonora e de som e imagem;

II — promover a implantação da rede oficial de telecomunicações e radiodifusão do Estado, por si ou em convênio com as entidades concessionárias dos serviços de telefonia e telegrafia urbana e interurbana, de telex, rádio e televisão;

III — explorar os serviços que integram a rede oficial de TV Educativa e os mencionados no item anterior.

§ 1.º — A exploração dos serviços de que trata o artigo poderá, quando conveniente, ser autorizada a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, direta ou indireta, preservados a coordenação e o controle pela Parana Radiodifusão S. A..

§ 2.º — Para cumprimento de suas finalidades, poderá a sociedade tomar todas as providências que se fizerem necessárias, inclusive:

I — Associar-se a empresas de telecomunicações públicas ou privadas, participando, como representante do Estado, naquelas em que este detiver parte das ações;

II — firmar convênios que tenham por finalidade assuntos de radiodifusão sonora e de som e imagem;

III — exercer outras atribuições pertinentes à sua finalidade e às que forem delegadas ao Estado, pelo Ministério das Comunicações.

Art. 3.º — A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de um Presidente e dois Diretores, com mandato de 3 (três) anos.

Art. 4.º — A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com atribuições e poderes disciplinados na legislação aplicável às sociedades por ações.

Art. 5.º — As atribuições, competência, forma de investidura aos cargos e demais dispositivos necessários, referentes à Diretoria e ao Conselho Fiscal, constarão de Estatuto Social.

Art. 6.º — Ao pessoal da Sociedade aplica-se o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 7.º — O capital inicial será de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), parte do qual poderá ser integralizado mediante a incorporação de bens imóveis, móveis, instalações e equipamentos.

Art. 8.º — Constituirão patrimônio inicial da Sociedade todos os equipamentos e implementos de radiodifusão sonora e de som e imagem, de propriedade do Estado, resguardado o funcionamento de redes de sociedades de economia mista, concessionárias de serviços públicos, com legislação federal específica.

Parágrafo Único — Não integrarão o patrimônio da Empresa os equipamentos e implementos de telecomunicações pertencentes a Órgãos de Segurança.

Art. 9.º — Além da renda proveniente dos seus serviços, a receita da Sociedade constituir-se-á ainda:

a) de dotações orçamentárias do Estado e dos municípios;  
b) do produto da alienação de bens considerados inservíveis ou disponíveis pela Diretoria, observada a legislação específica;  
c) das rendas decorrentes de contratos, convênios, convenções e acordos;  
d) de rendas eventuais ou extraordinárias.

Art. 10 — Para atender às despesas e encargos necessários à constituição e organização da PARANÁ RÁDIODIFUSÃO S. A., inclusive para a realização de parte do capital social, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), podendo, para tanto, anular total ou parcialmente dotações orçamentárias ou utilizar excessos de receita.

Art. 11 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 — Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIO:

Sob o n.º 371/74, do Senhor José Cesar de Mesquita, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, encaminhando cópia de Indicação n.º 78/74, do Senhor Vereador Vilton de Araújo, o qual solicita apoio ao Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Alceu Collares, que visa alterar a legislação do inquilinato. — Ao conhecimento da Casa.

## REQUERIMENTOS:

## Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Araújo, ocorrido em Curitiba, progenitor do atual Prefeito do Município de Palmas.

Pessoa radicada naquela cidade há muitos anos e largamente relacionada ressoante-se, pois, a comunidade pela perda irreparável.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste Requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1974.

(a) Domicílio Scaramella

## Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do Senhor Osório Mattoso Ribas, ocorrido em União da Vitória.

O extinto, pessoa de real prestígio em todos os círculos comerciais e industriais, contribuiu com uma grande parcela para o desenvolvimento da região principalmente de Palmas, com seu espírito empreendedor, abrindo-se desta forma, uma lacuna dificilmente de ser preenchida.

Requer, outrossim, seja dada ciência do teor deste requerimento, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1974.

(a) Domicílio Scaramella

## Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário,

REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Reinaldo Massi, ocorrido no dia 17 do corrente, na cidade de Diamante do Norte.

O extinto, há muitos anos radicado no Norte do Paraná, onde era bastante relacionado, foi homem de empresa, dinâmico e empreendedor, sendo nos últimos anos Diretor da Cia. Norte de Armazéns Gerais.

Foi fundador da cidade de Diamante do Norte, neste Estado, e também da cidade de Vinheira, no Estado de Mato Grosso, sendo conseqüentemente o precursor do desenvolvimento e do progresso daquela região, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação tanto naqueles municípios como em todo o norte, mercê de suas qualidades de homem íntegro, honesto e trabalhador, virtudes que o tornaram credor da simpatia, admiração e respeito de toda a coletividade de Diamante do Norte.

Deixa viúva a Senhora Lídia Massi.

Requer outrossim, que a decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada, para o seguinte endereço:

Rua Groelândia, n.º 1.478 — São Paulo — Capital.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1974.

(a) Nelson Buffara

## Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro da Justiça, de apelo no sentido de não se permitir a criação do pretendido Território de Itaipu, com território desmembrado do Estado do Paraná.

C estágio de desenvolvimento social, econômico, cultural, o sistema viário e de comunicações; as obras de infraestrutura já implantadas, conferem indubitavelmente ao Paraná todas as condições para dar atendimento às demandas do projeto de Itaipu, não se concebendo, portanto, que aquela área seja transformada em Território Federal.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

## Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam enviados telex aos Senhores Ministro dos Transportes e Diretor do D.N.E.R. encarecendo a necessidade de apressamento da construção da rodovia transbrasiliana, BR-153, no Paraná e iniciados os trabalhos no trecho Ventania-Tibagi a Alto do Amparo, Ipiranga, Imbituva, Irati, Rebouças, Rio Azul, Malé, Paulo Frontin.

Na região indicada significa a esperança e a redenção. Para o Paraná e para o Brasil, é mais uma estrada de integração. O apressamento no trecho iniciado até Ventania e o início de trabalho nos demais, é medida que se impõe pela natureza da rodovia e pelo desenvolvimento do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

## PROJETOS DE LEI:

## Projeto de Lei n.º 152/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Transitada em julgado sentença absolutória em procedimentos criminais, os escrivães das respectivas Varas ficam obrigados a comunicar a decisão da Justiça, ao Instituto de Identificação do Estado, em cumprimento ao parágrafo 3.º do art. 809, do Código de Processo Penal à Delegacia de Vigilância e Capturas e as Delegacias onde tiveram instauração os inquéritos que deram origem à denúncia da Promotoria da Justiça, ou ao arquivamento do inquérito.

Art. 2.º — Quando a decisão condenatória de 1.ª instância for reformada, em grau de recurso, para absolver o réu, transitada em julgado a decisão, a Secretaria do Tribunal de Justiça providenciará as comunicações referidas no artigo primeiro.

Art. 3.º — Cumprida condenação imposta pela Justiça, expedido alvará de soltura em favor do sentenciado, o escrivão da Vara de Execuções Criminais expedirá as comunicações citadas no artigo inicial.

Art. 4.º — Quando a decisão absolutória do Tribunal do Júri transitar em julgado, sem interposição de recurso, as comunicações desta Lei serão efetuadas pelo respectivo secretário.

Art. 5.º — O não cumprimento, no prazo de 15 (quinze) dias, do disposto na presente Lei, implicará na suspensão automática do responsável, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, penalidade aplicada, de ofício, pelo titular da Vara ou autoridade competente, tão logo tenha conhecimento da infringência praticada.

Art. 6.º — Recebida qualquer das comunicações referidas nesta Lei, o Instituto de Identificação do Estado e as delegacias citadas no artigo 1.º, de "ofício", decretarão o silêncio das anotações procedidas nos prontuários respectivos, correspondentes às comunicações recebidas, ficando sujeito o infrator a mesma penalidade do artigo 5.º.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 1974.

(a) Nelson Buffara

## JUSTIFICATIVA:

Tudo cidadão, indiciado em inquérito policial, distribuído a Juízo, mesmo absolvido judicialmente, somente após o decurso de 2 (dois) anos, poderá obter "Atestado de Boa Conduta", isto mediante requerimento de "silêncio" das anotações transcritas em prontuário, com petição instruída com certidões judiciais, sendo o pedido deferido depois de tramitação e informações por todas as delegacias especializadas da Capital, o que demanda tempo para formalização e decisão, em prejuízo dos interessados. Tal situação, além de injusta, constitui pena acessória, discricionariamente aplicada, atingindo até os indiciados absolvidos pela Justiça, dificultando, inclusive, a recuperação dos condenados, diante da impossibilidade de obterem documentação necessária e exigida para conseguirem emprego honesto e se reintegrarem à sociedade. Justo e oportuno o Plano de Lei.

## Projeto de Lei n.º 153/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a Ação Maçônica Abraham Lincoln — AMAL —, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1974.

(a) Antônio Belinati

## JUSTIFICATIVA:

A Ação Maçônica Abraham Lincoln, que ora se pretende declarar de utilidade pública no nosso Estado, já o é no Estado da Guanabara e preenche todos os requisitos para atingir seu fim ou seja, tem seus estatutos registrados no Cartório de Pessoas Jurídicas competente; vem funcionando de forma efetiva desde 1964 e presta serviços de utilidade pública à população da cidade já mencionada. Finalmente, os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim, pois, levamos o presente Plano de Lei à consideração dos Nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 30/74, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA —, visando prorrogar por 120 (cento e vinte) dias o prazo da Cláusula 6.ª do Convênio celebrado em 13-11-72, entre as mesmas partes. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 31/74 que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Coordenação de Planejamento e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL — e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná — AMOP —, objetivando contratação de Técnicos para exercerem atividades que especifica, junto aos municípios associados. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 235/73, que denomina "Antônio Pereira de Carvalho" a Escola Técnica de Comércio do Município de Alto Paraná. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 264/73, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense — AMUNPAR —, com sede e foro na cidade de Paranavai. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 69/74, que dispõe sobre a abertura de um crédito no valor de Cr\$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos cruzeiros), para atender despesas com o Pessoal Temporário da Secretaria de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 72/74, que autoriza o Poder

Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Instituto de Recuperação de Surdos Mudos do Paraná", com sede nesta Capital. — Aprovado.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 113/74, que abre crédito especial no valor de Cr\$ 568.000,00 (quinhentos e sessenta e oito mil cruzeiros), para despesas com auxílio à FIDES — Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural —, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osório Mattoso Ribas, ocorrido em União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Araújo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Reinaldo Massi, ocorrido na cidade de Diamante do Norte. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República e Ministro da Justiça, consubstanciado em apelo no sentido de não se permitir a criação do pretendido Território de Itaipu, com território desmembrado do Estado do Paraná — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente solicitando sejam enviados telex aos Srs. Ministro dos Transportes e Diretor Geral do D.N.E.R., encarecendo a necessidade de apressamento da construção da rodovia transbrasiliana, BR-153. — Aprovado.

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Tércio Hilário, Vereador na cidade de Maringá.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 1.º de outubro, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 115/74 e 116/74.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 286/43 e 88/74.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 34/74 e de Lei nrs. 212/73 e 78/74.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 23.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia ocasião em que o Deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 161-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 66-73, encaminhando Anteprojeto de Lei que abre crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para despesas com a instalação do Município de Francisco Alves. PROJETO DE LEI N.º 179-73 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Paulo Pinheiro Schmidt. PROJETO DE LEI N.º 229-73 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Doutor David Antônio da Silva Carneiro. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por

mim Lélcio Guimarães Sotito-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

84) Gilberto Carvalho — Presidente  
Lélcio G. Sotito Maior — Secretário

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 161-73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para atender despesas com a instalação do Município de Francisco Alves, criado pelas Leis n.ºs. 6.314, de 21 de agosto de 1972 e 6.324, de 27 de outubro do mesmo ano.

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6357, de 7 de dezembro de 1972.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-09-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
IRIS CALDART — LAZARO DUMONT — Relatores

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 179-73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### Decreta:

Art. 1.º. Fica concedido o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ ao Senhor Paulo Pinheiro Schmidt.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-09-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
IRIS CALDART — LAZARO DUMONT — Relatores

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 229-73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### Decreta:

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor DAVID ANTÔNIO DA SILVA CARNEIRO.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17-09-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
IRIS CALDART — LAZARO DUMONT — Relatores

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 3.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, às quinze horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Domicio Scaramella e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gabriel Manoel, Ivo Rocha, Alvaro Dias e Iris Caldart, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada sem restrições, a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 68-74, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 26-74, encaminhando anteprojeto de lei que objetivava doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290.00m2, da planta geral da sede do referido Município. Relator Deputado Iris Caldart, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 77-74, de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matelândia lotes urbanos da quadra 81, 67 e 68, destinados a construção de prédio para Agência de Rendas, Delegacia e Cadeia Pública respectivamente e dá outras providências. Relator Deputado Iris Mário Caldart, parecer favorável, APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Agilides de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

a) Dep. Domicio Scaramella — Presidente  
a) Agilides de Oliveira Martins — Secretário